

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.446.575 - SP (2019/0034822-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : CIELO S.A  
**ADVOGADO** : ALFREDO ZUCCA NETO E OUTRO(S) - SP154694  
**AGRAVADO** : J N E TELECOMUNICACOES E INFORMATICA EIRELI  
**ADVOGADO** : RICARDO FREITAS IYDA E OUTRO(S) - SP395798  
**INTERES.** : MAXPED ASSISTENCIA TECNICA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA  
**INTERES.** : AMPED ASSISTENCIA TECNICA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA  
**ADVOGADOS** : LUÍS MARCELO CORDEIRO E OUTRO(S) - SP120125  
SILVIA REGINA OPITZ CORDEIRO - SP111241

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por CIELO S.A. contra decisão que negou seguimento ao recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a" do permissivo constitucional, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

*"APELAÇÃO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS - FRAUDE EM MÁQUINAS DE CARTÃO DE CRÉDITO - SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA.*

*1. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL Créditos não repassados pela administradora de máquinas de cartão ao vendedor, sob o fundamento de que cancelados pelo próprio Autor da ação que foi vítima de estelionato, no qual criminosos alteraram seus dados junto à ré e cancelavam as compras que os próprios realizavam, processadas nas máquinas apor ela fornecidas Depoimentos prestados perante a autoridade policial que bem esclarecem a ocorrência do ilícito - Pretensão da ré à prevalência de cláusula contratual que impõe ao comerciante a responsabilidade exclusiva pelas transações Cláusula nitidamente abusiva, independentemente da inaplicabilidade do CDC ao caso concreto Ré que deve arcar com os riscos da sua atividade comercial, que visa dar maior segurança aos comerciantes no exercício de empresa Ré que não esclareceu os fatos ocorridos, prevalecendo a tese da autora de que houve falha exclusiva da ré.*

*2. LUCROS CESSANTES Inocorrência Autora que não produziu prova suficiente da ocorrência de lucros cessantes ou de fatos hábeis a configurar a perda de uma chance.*

*3. VALOR DA INDENIZAÇÃO Montante a ser devolvido que deve ser apurado em liquidação de sentença, em que deverão ser contabilizadas todas as compras indevidamente canceladas e não repassadas pela ré Indenização que deverá ser acrescida de juros de mora de 1% ao mês, da citação, e corrigido monetariamente segundos os índices da Tabela Prática deste Tribunal desde a data em que deveriam ter sido repassados à empresa vendedora.*

*SENTENÇA REFORMADA RECURSO PROVIDO EM PARTE" (e-STJ fl. 844).*

Nas razões do especial, a recorrente aponta violação dos artigos 938, §3º e

1.022 do Código de Processo Civil de 2015 e 422, 944 e 945 do Código Civil.

Alega contradição quanto ao disposto no art. 938, § 3º, do CPC/2015.

No mérito, sustenta que inexistente qualquer nexo de causalidade entre as fraudes perpetradas por terceiro e a Cielo apto a responsabilizar a Recorrente pelas vendas canceladas.

Aduz, ainda, que a Recorrida entregou seus dados cadastrais a um terceiro e a Cielo não pode ser responsabilizada por isso, ademais, tal fato apenas comprova a negligência dos representantes da Recorrida com seus dados confidenciais.

Apresentadas as contrarrazões e inadmitido o recurso na origem, sobreveio o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

**DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

Quanto ao artigo 1.022 do CPC/2015, registre-se que a negativa de prestação jurisdicional nos embargos declaratórios somente se configura quando, na apreciação do recurso, o Tribunal de origem insiste em omitir pronunciamento sobre questão que deveria ser decidida, e não foi.

Não é o caso dos autos.

Com efeito, as instâncias ordinárias enfrentaram a matéria posta em debate na medida necessária para o deslinde da controvérsia, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional.

Outrossim, impende asseverar que cabe ao julgador apreciar os fatos e provas da demanda segundo seu livre convencimento, declinando, ainda que de forma sucinta, os fundamentos que o levaram a solucionar a lide.

Desse modo, não há falar em deficiência de fundamentação da decisão o não acolhimento de teses ventiladas pela recorrente, mormente se o acórdão abordar todos os pontos relevantes da controvérsia, como na espécie.

A propósito:

**"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 489 E 1.022 DO CPC/2015. INOCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE.**

INOVAÇÃO EM SEDE DE AGRAVO INTERNO. IMPOSSIBILIDADE. REENQUADRAMENTO FUNCIONAL. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. ATO CONCRETO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. CONTROVÉRSIA QUE EXIGE ANÁLISE DE PORTARIA. MATÉRIA INSUSCETÍVEL DE APRECIÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. TITULARIDADE DO ADVOGADO PÚBLICO. LEI 13.327/2016. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. *Inexiste violação aos artigos 489 e 1.022 do CPC/2015, quando não se vislumbra omissão, obscuridade ou contradição no acórdão recorrido capaz de torná-lo nulo, especialmente se o Tribunal a quo apreciou a demanda de forma clara e precisa.*

2. *É vedado, em sede de agravo interno, ampliar-se o objeto do recurso especial, aduzindo-se questões novas, não suscitadas no momento oportuno, em virtude da ocorrência da preclusão consumativa.*

3. *A prescrição da pretensão, por ser de reenquadramento funcional, atinge o próprio fundo de direito e está em sintonia com a jurisprudência firmada no âmbito deste e. STJ.*

4. *A via especial é inadequada para análise de Portarias, Resoluções, Regimentos, ou qualquer outro tipo de norma que não se enquadre no conceito de Lei Federal.*

5. *Os honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, as autarquias e as fundações públicas federais pertencem ao advogado público.*

6. *Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 801.104/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 13/10/2016 - grifou-se).*

Ademais, quanto ao mérito, eis o que decidiu o Tribunal de origem:

*"No caso dos autos, todavia, restou demonstrado que a apelante foi vítima de estelionato praticado por terceiros falsários, que realizavam compras em seu estabelecimento comercial e, posteriormente, entraram em contato direto com a apelada, passando-se por administradores da apelante, e cancelaram as operações, cujos valores eram estornados e, por óbvio, não repassados ao vendedor.*

*É o que se depreende dos termos de declarações prestadas à autoridade policial, autoridade policial, constante de fls. 452/454, prestadas pelos criminosos. Ressalte-se que, em momento algum, foi imputada à apelante qualquer falha de segurança com seus dados ou que teria contribuído, de alguma forma, para a ocorrência dos fatos narrados.*

*A apelada, por seu turno, limita-se a sugerir que a apelante não foi zelosa com seus dados, mas deixando de atender ao ônus de fazer prova dos fatos modificativos ou extintivos do direito de seu adverso.*

*Em outras palavras, a apelada não tece um comentário sequer acerca de como realizada a alteração de dados cadastrais da apelante em seus sistemas ou como realizado o cancelamento de diversas vendas por terceiro estranho àquela relação jurídica.*

*Poderia ter trazido aos autos protocolos, gravações de atendimento telefônico meio por qual canceladas as vendas -, mas nada fez neste sentido.*

*(...) O que se vê é que, de modo bastante conveniente, a apelada deixa de mencionar que os comerciantes aderem aos sistemas de*

*pagamento eletrônico, pagando por isso, visando mormente à segurança das operações, sendo que falhas gritantes como a ora em exame não podem ser relevadas.*

*É este o risco da atividade prestada pela apelada, pela qual é suficientemente bem remunerada e com o qual deve arcar, de modo inafastável.*

*Ora, se o sistema da apelada permitiu que terceiro falsário alterasse os dados cadastrais da apelante e cancelasse compras, na ausência de qualquer elemento que pudesse sugerir que a apelante tenha contribuído para o cometimento do ilícito, é de rigor a reforma do julgado.*

*Como dito, tal conclusão é alcançada independentemente da não incidência das disposições consumeristas ao caso concreto, uma vez que a apelante fez prova suficiente dos fatos constitutivos de seu direito de que realizou venda utilizando o sistema da apelada, que o autorizou regularmente e depois deixou de repassar os valores, de modo unilateral e sem qualquer explicação"(e-STJ fls. 846-848).*

Em sede de embargos de declaração, restou esclarecido ainda pela Corte local que:

*"No caso dos autos, não se vislumbra a ocorrência de nenhum desses vícios. Destaca-se que o pedido de conversão do julgamento em diligência, além de buscar a reforma do mérito do julgado por meio de embargos de declaração, representa medida inócua, na medida em que há nos autos vasta documentação, inclusive oriunda de autoridades policiais, que comprovam os fatos narrados"(e-STJ fl. 884).*

Logo, assim como posta a matéria, a verificação da procedência dos argumentos postos no recurso especial exigiria por parte desta Corte o reexame de matéria fática, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, consoante entendimento da Súmula nº 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e negar-lhe provimento.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 15% sobre o valor da condenação, os quais devem ser majorados para 17,5% em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator